

UM RESGATE NECESSÁRIO

*Patrícia Olsen de SOUZA*¹

Curioso notar que a política cultural dos intelectuais paulistanos abrisse um espaço de fruição cultural jamais realizada anteriormente. Não é difícil reconhecer, por meio de suas atividades, a dimensão democrática desse plano de ação. Nas propostas de popularização da cultura residia um intenso anseio de solapar por completo o aspecto excludente da cultura brasileira. (p. 192)

O livro de Roberto Barbato Júnior – *Missionários de uma utopia nacional-popular* – versa sobre a experiência do Departamento de Cultura de São Paulo no período em que foi dirigido pelo grupo do modernista Mário de Andrade, entre 1935 e 1938. Trazendo à tona questões de relevo tanto no âmbito da História do país como em sua contemporaneidade: o pioneirismo da elaboração de uma política cultural; as relações sempre tensas entre intelectuais, artistas e a esfera do poder político; a construção da nacionalidade; a imersão pública dos intelectuais; entre outros temas caros aos estudiosos do pensamento social brasileiro e do país de modo geral.

Resgatar a experiência do Departamento de Cultura de São Paulo significa enveredar-se no debate acerca de uma iniciativa pioneira no campo da política cultural brasileira, emergente em uma época de grande efervescência institucional. Os anos de 1930 foram marcados pelo primeiro impulso institucionalizador da cultura paulista, figurando nesse universo a criação da Escola Paulista de Sociologia e Política (1933), a Universidade de São Paulo (1934) e o Departamento de Cultura (1935) – em um momento no qual o Estado chama para si as tarefas de organização do campo cultural, até então restrito aos incentivos de particulares.

Barbato aborda o pioneirismo do Departamento de Cultura pela análise do objetivo central que guia os esforços do grupo de Mário de Andrade, a saber: a formação de uma política cultural que prescindisse do aspecto ornamental e aristocráti-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

co vigente no Brasil, em prol da democratização da cultura, ou seja, da possibilidade de acesso de todas as camadas sociais ao universo cultural, em particular das camadas populares. Iniciativa arrojada em um momento da História do país, no qual as grandes distâncias sociais alijavam a população, tanto do consumo como da elaboração da cultura.

Ao abordar os elementos essenciais das iniciativas do Departamento de Cultura, Roberto Barbato mostra o ineditismo de um projeto que caracterizou como nacional-popular. Os concertos públicos no Teatro Municipal; as redes de bibliotecas infantis e ambulantes; os concursos sobre assuntos históricos, peças teatrais e musicais e as missões de pesquisa folclóricas – que percorreram o nordeste brasileiro em busca do elemento nacional –, são trabalhadas pelo autor como o indício de uma ida ao povo em busca da construção da utopia que norteou os modernistas desde os anos de 1920: a utopia da construção de uma identidade nacional por meio da cultura, realizada no curto espaço de tempo em que a instituição paulista foi dirigida por Mário de Andrade. Essa ordem de questões leva o autor a enfatizar o caráter missionário do projeto, no qual entra em cena a figura dos intelectuais como homens públicos, dado que uma iniciativa desse vulto não poderia realizar-se em outra esfera que não a pública.

Imergir nesse universo no qual se articulam cultura e política em meio às malhas institucionais traz consigo o mérito da incursão em questões mais complexas, como as relações entre os propósitos de autonomia cultural dos modernistas e as imposições pragmáticas do campo político, Barbato aborda essa relação evidenciando seu caráter tenso. À medida que o grupo liderado por Mário de Andrade aclamava por autonomia cultural na implementação de seus projetos e os realizavam por meio de uma instituição do poder público em um momento ímpar da História do Brasil, acabavam se enveredando por uma situação de ambigüidade. Ao mesmo tempo em que negavam a política oficial, ela era pré-requisito para o empreendimento do Departamento de Cultura.

A referida negação da política não significou, dentro do âmbito do Departamento de Cultura e do ideário do grupo modernista, a negação da esfera essencialmente pública da cultura, em vez disso, apresenta-se como uma negação da política oficial – em suas estruturas partidárias e suas características disputas pelo poder – em prol da militância em uma “política da cultura”, pois, para os intelectuais em questão o problema da construção nacional era cultural e não político. Dessa forma, as relações com a política oficial aparecem no texto como uma espécie de “mal necessário”.

Mais tarde, as tensões viriam à tona, quando do advento do Estado Novo; o jogo político conspira contra o projeto dos fundadores do Departamento, alijando

Um resgate necessário

Mário de Andrade de sua direção, em um momento no qual a prefeitura de São Paulo cai nas mãos de um homem cego em relação à questão cultural. As iniciativas do Departamento passam a fazer parte de uma estrutura puramente burocrática, restringindo-se a uma existência sem vida.

Tanto o pioneirismo como o malogro do projeto lançam luz sobre questões que estão na ordem do dia por nunca terem sido equacionadas de maneira satisfatória no Brasil. A experiência do Departamento de Cultura, que, por meio de suas iniciativas de teor nacional-popular, causou grandes debates entre os ciclos conservadores paulistas, ilustra uma constante na História do país: o descaso das elites para com a questão cultural quando essa não lhe diz respeito, configurando uma situação marcada pela resistência sistemática à democratização da cultura aliada ao desprezo por suas formas populares. A ironia que marcou a construção do nacional-popular em seu primeiro momento se manifesta agora como uma tragédia: a cultura de massas subverte o sentido do popular ao reduzi-lo a meros produtos prontos para o consumo em larga escala e destituídos de qualquer conteúdo expressivo.

Essas questões, aliadas à ausência de uma verdadeira política cultural destinada às camadas sociais mais baixas, com o objetivo de difundir, formular e ampliar o acesso aos bens culturais, põem a nu a forma como a questão da democratização cultural é tratada no país: relegada a terceiro plano e confinada à condição de figura alegórica em projetos políticos mil. Nesse ínterim, o livro de Roberto Barbato Júnior se apresenta como um resgate necessário, à medida que nos permite conhecer a História e refletir sobre o presente, abrindo as portas à imaginação e ao bom senso no que tange à questão da democratização cultural no Brasil e à relevância da própria cultura como potência emancipadora do homem. Além de chamar a atenção, ao abordar a utopia do grupo modernista, sobre o protagonismo dos intelectuais no processo em questão, deixando entreaberto um desafio para os intelectuais e artistas contemporâneos.

BARBATO JÚNIOR, R. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2004.